

PARECER Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Aviso nº 66, de 2008 (Aviso nº 1849-Seses-TCU-Plenário, de 2008, na origem), referente à fiscalização realizada para avaliar o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior com suas fundações de apoio.

RELATOR: Senador WELLINGTON SALGADO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o aviso em epígrafe, do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha cópia do Acórdão nº 2731/2008-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo TC-0017.177/2008-2, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam. Foi relator do processo o Ministro AROLDO CEDRAZ.

O processo refere-se à Fiscalização de Orientação Centralizada cujo objetivo foi avaliar, no plano nacional, o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com suas fundações de apoio. A execução descentralizada das fiscalizações ficou a cargo das Secretarias de Controle Externo (SECEX) nos seguintes estados: BA, CE, PE, PI, RN, RJ, SC, PR, GO, RR, AM, AC e MG, acumulando essa última as funções de coordenação e planejamento dos trabalhos, com o apoio da 6ª Secex, que tem sede no DF, e da Secex-RS.

O objeto da auditoria foi o conjunto dos convênios, contratos e demais termos de parceria que materializam o relacionamento entre as Ifes e suas fundações de apoio. A auditoria foi de grande complexidade, conforme comunicação do Ministro-Relator ao Plenário do TCU na Sessão de 16 de abril de 2008.

Segundo os técnicos, devido à falta de normas as fundações executaram convênios repletos de irregularidades, realizaram compras sem licitação e até financiaram gastos estranhos às suas finalidades. Um exemplo

emblemático aconteceu em Brasília, quando a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), vinculada à Universidade de Brasília (UnB), foi denunciada por gastar R\$ 470 mil com a decoração do apartamento do então reitor dessa instituição, Timothy Mulholland.

Foi apontado que o TCU vem detectando recorrentes irregularidades em fiscalizações atinentes às Ifes e suas fundações de apoio:

- a) as despesas a serem financiadas pelos recursos repassados são para a realização de atividades meramente administrativas, próprias da rotina da universidade;
- b) utilização imprópria da dispensa de licitação fundada no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93, assim como da contratação indevida da fundação de apoio com fulcro no art. 1º da Lei 8.958/1994;
- c) utilização das fundações de apoio como forma de viabilizar o emprego de recursos repassados às IFES no final do exercício, os quais são transferidos às Fundações de Apoio juntamente com as atribuições próprias das universidades;
- d) contratação das fundações de apoio para executar atividades inerentes ao Plano de Cargos e Salários da universidade e para outras atividades passíveis de terceirização;
- e) utilização das fundações de apoio para simplesmente intermediar a contratação de serviços, aquisição de bens e execução de atividades administrativas;
- f) formalização de convênios com órgãos da Administração como mecanismo de intermediação da contratação das fundações de apoio, inclusive para a execução de serviços contínuos de atendimento ao público;
- g) utilização de recursos públicos para a formação ou incremento de patrimônio das Fundações de Apoio;
- h) desvirtuamento das finalidades das Fundações de Apoio, passando a desenvolver ações de caráter empresarial.

O TCU encaminhou essa documentação ao Senado Federal para que tomasse conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo adotado por aquela Corte de Contas de enviar cópia de suas decisões a esta Casa.

II – ANÁLISE

As irregularidades arroladas constam do Acórdão proferido nos autos do processo TC-0009.538/2001-4. Trata-se de ampla fiscalização realizada com o objetivo de avaliar, em nível nacional, o relacionamento das Ifes com suas fundações de apoio.

O Acórdão reflete o posicionamento dos Ministros do TCU, reunidos em sessão do Plenário. Entre as inúmeras determinações nele constantes, cabe destacar:

1) firmar o entendimento de que a expressão “recursos públicos” a que se refere o art. 3º, *caput*, da Lei 8.958/1994 abrange não apenas os recursos financeiros aplicados nos projetos executados com fundamento na citada lei, mas também toda e qualquer receita auferida com a utilização de recursos humanos e materiais das Ifes, sendo obrigatório o recolhimento de tais receitas à conta única do Tesouro Nacional;

2) determinar ao Ministério da Educação que, no prazo de 180 dias a contar da ciência desta deliberação, institua ato normativo regulamentando o relacionamento das Ifes com suas fundações de apoio;

3) determinar aos Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão que definam rotinas e sistemáticas que possibilitem maior agilidade na edição de decretos de suplementações orçamentárias para as Ifes, autorizadas pelas leis orçamentárias anuais, e orientem todas as Ifes para que façam as devidas previsões orçamentárias relativas às fontes de receita por recursos próprios arrecadados.

Impende observar que o Acórdão emanado da Egrégia Corte de Contas traz amplo conjunto de determinações às Ifes, ao Ministério da Educação, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a outros órgãos governamentais. Apenas em relação ao Ministério da Educação são nada menos do que 44 determinações. Portanto, o TCU criou uma verdadeira regulamentação atinente ao relacionamento entre as Ifes e suas fundações de apoio. Pode-se questionar a iniciativa do TCU de suprir essa deficiência de normas, pois estaria indevidamente atuando como órgão regulamentador e mesmo legislador. Entretanto, parece-nos que as recomendações em comento se afiguram conducentes a boas práticas de gestão e aplicação de recursos públicos.

No mais, o Senado Federal encontra-se a par do assunto e atento às possibilidades de aprimoramento da legislação que o rege, com vistas a elidir as impropriedades e irregularidades apontadas. A propósito, no último dia 25 de março foi aprovado, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Requerimento nº 3, de 2008, desse colegiado, mediante o qual se convoca audiência pública para tratar exclusivamente do problema da relação entre fundações de apoio e Ifes.

III – VOTO

Tendo em conta o exposto, opino que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator